



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

# PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

ATUAÇÃO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL  
RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO  
BALANÇO GERAL DA UNIÃO

2015

BRASÍLIA, ABRIL DE 2016

Copyright © 2016 - Controladoria-Geral da União

Permitida a reprodução desta obra, de forma parcial ou total, sem fins lucrativos, desde que citada a fonte ou endereço da internet no qual pode ser acessado em sua versão digital ([www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br)).

Tiragem: 50 exemplares

Impresso no Brasil

## Autoridades Responsáveis pelas Contas do Exercício de 2015

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

Luiz Augusto Navarro de Britto Filho

Ministro de Estado da Fazenda

Nelson Barbosa

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Valdir Moysés Simão

**MINISTRO DE ESTADO-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**

Luiz Augusto Navarro de Britto Filho

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Carlos Higinio Ribeiro de Alencar

**SECRETÁRIO FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

Francisco Eduardo de Holanda Bessa

**DIRETOR DE AUDITORIA DA ÁREA ECONÔMICA**

José Gustavo Lopes Roriz

**COORDENADOR-GERAL DE CONTAS DO GOVERNO**

Alexandre de Sales Lima

**EQUIPE TÉCNICA**

Bruna Barbosa de Moraes Moreira

Paterson da Rocha Severo

Lícia Maria Gaspar Barros Kilson

Welinton Vitor dos Santos

Leandro Santos Gonçalves

Adalberto Carvalho Pinto

**COLABORAÇÃO TÉCNICA**

Diretoria de Auditoria da Área Social / SFC

Diretoria de Auditoria da Área de Infra-Estrutura / SFC

Diretoria de Auditoria da Área Econômica / SFC

Diretoria de Auditoria da Área de Produção e Tecnologia / SFC

Diretoria de Auditoria da Área de Pessoal, Previdência e Trabalho / SFC

Informações: (61) 2020-7190 / 2020-6868 / 2020-6842

Endereço Eletrônico: [www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br)

Correio Eletrônico: [sfcdecon@cgu.gov.br](mailto:sfcdecon@cgu.gov.br) / [pcpr@cgu.gov.br](mailto:pcpr@cgu.gov.br)

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Secretaria Federal de Controle Interno

REVISÃO DE TEXTO E DIAGRAMAÇÃO: Coordenação-Geral de Contas do Governo - DECON/SFC

FOTO DA CAPA: Acervo da Presidência da República

APRESENTAÇÃO



De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

De forma complementar, a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001 e o Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, conferem à Controladoria-Geral a tarefa de elaborar as contas presidenciais prestadas anualmente, bem como mantê-las disponíveis para consulta da sociedade, de forma permanente, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para esta missão, foi atribuído à Secretaria Federal de Controle Interno desta Controladoria-Geral da União o papel de organizar as contas da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, para seu encaminhamento ao Congresso Nacional, no citado prazo constitucional contado da abertura da Sessão Legislativa, ocorrida em 02 de fevereiro de 2015.

Inobstante o dever legal conferido ao Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo, ressalto que as informações que integram esta obra são provenientes de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, responsáveis pela sua consistência e veracidade, e contemplam os mais variados aspectos da atuação governamental no exercício de 2015, sendo estruturadas em sete partes, assim compreendidas:

PARTE	I	Política Econômico-Financeira
PARTE	II	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PARTE	III	Orçamento de Investimento – Empresas Estatais
PARTE	IV	Atuação por Eixo Temático
PARTE	V	Relatório do Controle Interno
PARTE	VI	Balanço Geral da União
PARTE	VII	Providências sobre as Recomendações do TCU, exercício de 2014

A Parte I evidencia o desempenho da economia brasileira, que nesta Prestação de Contas possui um caráter dialético, pois ao mesmo tempo em que é influenciada pela ação governamental, também estabelece as condições para o desenvolvimento das atividades da Administração Pública.

A Parte II contempla uma visão consolidada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, evidenciando a autorização legislativa para a previsão e fixação das receitas e despesas públicas, bem como a sua execução no exercício de 2015.

As informações referentes às Empresas Estatais não dependentes do Poder Executivo Federal, vinculadas ao Orçamento de Investimento, produzidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, estão contempladas na Parte III.

A Parte IV – Atuação por Eixo Temático contempla a ação governamental segregada em Eixos de Atuação do Poder Executivo, (Políticas Sociais, Políticas de Infraestrutura, Desenvolvimento Produtivo e Ambiental e Soberania, Território e Gestão) mantendo alinhamento com o Plano Plurianual - PPA, privilegiando a informação por programa temático e objetivos considerados mais relevantes e, subsidiariamente, outros sugeridos pelo Tribunal de Contas da União, com vistas a apresentar à sociedade prestação de contas com foco no desempenho da Administração Pública, expondo uma análise temporal da execução orçamentária e, principalmente, os resultados alcançados no exercício de 2015.

O Balanço Geral da União, integrante da Parte VI, foi elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão do Ministério da Fazenda, e contempla a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, materializada nos demonstrativos e nos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Complementam os balanços as notas explicativas, que buscam evidenciar aspectos relevantes que afetam a elaboração e conteúdo das informações contábeis.

A Parte VII retrata as providências adotadas pelos órgãos e entidades no âmbito do Poder Executivo Federal, quanto às recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União no parecer prévio emitido por ocasião da apreciação da Prestação de Contas do exercício de 2014.

A novidade para esta edição da Prestação de Contas Presidencial está materializada na Parte V - Relatório do Controle Interno, contemplando as ações da Controladoria-Geral da União nas áreas de Prevenção e Combate à Corrupção, Auditorias e Fiscalizações, Ouvidoria e Correição no Poder Executivo Federal, além de análise da equipe de Contas do Governo da SFC sobre a execução dos Orçamentos da União. É um capítulo essencial para a transparência pública, ao apresentar em detalhes, por exemplo, as ações de controle e de combate à corrupção, incluindo demonstrativos regionais com as punições imputadas a agentes públicos decorrentes de atos de má gestão dos recursos federais sob suas responsabilidades.

Encontra-se encartado nesta Prestação de Contas um CD-ROM contendo informações adicionais referentes à execução orçamentária e balanços, e outras que possam subsidiar a compreensão dos dados constantes do texto impresso.

A responsabilidade pelo processo de elaboração da Prestação de Contas da Presidenta da República (PCPR) é atribuída majoritariamente a três órgãos, com as respectivas responsabilidades a seguir descritas:

ÓRGÃO	RESPONSABILIDADE
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO Secretaria Federal de Controle Interno - SFC	Coordenação do processo de elaboração da PCPR, conforme determina a Lei n.º 10.180/2001 e o Decreto n.º 3.591/2000 e elaboração do Relatório do Controle Interno.
MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Elaboração e análise dos Balanços Gerais da União e dos demonstrativos da execução do orçamento fiscal e da seguridade social.
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Dest Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI	Elaboração das informações sobre as empresas estatais e respectivo orçamento de investimento, bem como dados sobre os indicadores dos programas e execução física das ações governamentais.

As informações que compõem a PCPR referente ao exercício de 2015 foram elaboradas seguindo diretrizes do contínuo aperfeiçoamento em relação aos anos anteriores, objetivando conceder maior transparência e qualidade à Prestação de Contas Presidencial.

Todo o conteúdo da PCPR encontra-se organizado neste único volume, contemplando: Relatório, abrangendo informações da atuação de vários órgãos e entidades do Poder Executivo, tais como ministérios, secretarias e bancos oficiais, e o Balanço Geral da União, que reúne todos os balanços contábeis dos três Poderes da República, exigidos pela Lei n.º 4.320/64.

Em observância ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal, contido na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000), esta Prestação de Contas encontra-se disponível, na íntegra, no endereço eletrônico [www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br) e em meio impresso na Controladoria-Geral da União, na Secretaria do Tesouro Nacional, no Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e em outras instituições públicas, de forma que a sociedade brasileira possa exercer seus direitos, no que concerne ao processo de fiscalização das receitas e despesas públicas, realizando o controle social sobre as Contas da Excelentíssima Senhora Presidenta da República.

É importante salientar que esta Prestação de Contas é dirigida não apenas ao Congresso Nacional ou ao Tribunal de Contas da União, mas, sobretudo ao cidadão, como instrumento de transparência e prestação de contas à sociedade brasileira pela confiança e recursos depositados junto ao Governo.



## PARTE I – POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA 13

### I.1. DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2015 13

I.1.1. Política Monetária, Creditícia e Cambial	13
I.1.2. Políticas de Investimento e Infraestrutura	14
I.1.3. Políticas Fiscal e Tributária	14
I.1.4. Políticas Sociais	14
I.1.5. Políticas de Emprego e Renda	15
I.1.6. Dívida Pública Consolidada e Resultado Nominal	15
I.1.7. Metas Fiscais e Resultados Primários e Nominal Alcançados no Exercício	17

### I.2. MOEDA E CRÉDITO 18

I.2.1. Aspectos Gerais	18
I.2.2. Agregados Monetários	18
I.2.3. Títulos Públicos Federais	19
I.2.4. Operações de crédito	19
I.2.5. Sistema Financeiro Nacional	21

### I.3. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO 22

I.3.1. Política de Comércio Exterior	22
I.3.2. Política Cambial	23
I.3.3. Movimento de Câmbio	24
I.3.4. Balanço de Pagamentos	25
I.3.5. Reservas internacionais	38
I.3.6. Serviço da Dívida Externa do Tesouro Nacional	39
I.3.7. Dívida Externa	40
I.3.8. Indicadores de Endividamento	45
I.3.9. Captações Externas	46
I.3.10. Posição de Investimento Internacional (PII)	47

### I.4. GESTÃO DE HAVERES JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS 49

I.4.1. Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas	49
I.4.2. Renegociação da Dívida Externa do Setor Público	49
I.4.3. Retorno de Repasses de Recursos Externos	49
I.4.4. Saneamento de Instituições Financeiras Federais	49
I.4.5. Aquisição de Créditos Relativos a Participações Governamentais	49
I.4.6. Outros Créditos	49

### I.5. OUTROS HAVERES DO TESOIRO NACIONAL 50

I.5.1. Haveres da União não relacionados a Estados e Municípios	50
I.5.2. Recebimento de Créditos	51
I.5.3. Haveres Mobiliários	52
I.5.4. Fundos que Receberam Aporte de Capital da União em 2015	57

### I.6. GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA 58

I.6.1. Necessidades de Financiamento	58
I.6.2. Resultados Alcançados e Avanços na Administração da Dívida	61
I.6.3. Tesouro Direto	63
I.6.4. Avanços Institucionais	63

### I.7. AJUSTE FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS: RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS 64

I.7.1. Verificação de Limites e Condições para Realização de Operações de Créditos dos Entes da Federação	64
I.7.2. Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal	65
I.7.3. Verificação dos Indicadores Fiscais dos Municípios Cujas Dívidas Foram Refinanciadas (MP nº 2.185-35/2001)	66
I.7.4. Cálculo da Receita Líquida Real – RLR	66
I.7.5. Verificação do Adimplemento com a União para efeito do disposto no inciso IV do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001	66
I.7.6. Cálculo da Capacidade de Pagamento	66

<b>I.8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>68</b>	
I.8.1. Aspectos Gerais	68	
I.8.2. Financiamento	68	
I.8.3. Subvenções Econômicas	68	
I.8.4. Outras Atividades Desenvolvidas	71	
<b>I.9. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS</b>	<b>72</b>	
I.9.1. Contratação Direta - Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens	72	
I.9.2. Concessão de Garantias Externas	72	
I.9.3. Concessão de Garantias Internas	73	
I.9.4. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contra garantias	73	
I.9.5. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito	76	
<b>I.10. AGÊNCIAS OFICIAIS DE FOMENTO</b>	<b>77</b>	
I.10.1. Banco da Amazônia S.A.	77	
I.10.2. Banco do Brasil S.A.	79	
I.10.3. Banco do Nordeste do Brasil S.A.	89	
I.10.4. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	96	
I.10.5. Caixa Econômica Federal	102	
I.10.6. Financiadora de Estudos e Projetos	106	
<b>PARTE II - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>109</b>	
<b>2.1. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2015</b>	<b>109</b>	
2.1.1. O Ordenamento Jurídico do Sistema de Administração Financeira	109	
2.1.2. Política Adotada para a Programação Financeira do Exercício	109	
2.1.3. Execução Financeira	115	
<b>2.2. EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>118</b>	
2.2.1. Análise da Execução da Despesa Orçamentária	118	
2.2.2. Resultado Orçamentário	124	
2.2.3. Política de Restos a Pagar	124	
<b>2.3. ANÁLISE DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	<b>125</b>	
2.3.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE	125	
2.3.2. Ações e Serviços Públicos de Saúde	128	
2.3.3. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)	130	
<b>2.4. DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA E PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>131</b>	
2.4.1. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)	131	
2.4.2. Procuradoria-Geral Federal (PGF)	135	
2.4.3. Dívida Ativa sob a Responsabilidade da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil (BCB)	144	
2.4.4. Demonstrativos da Dívida Ativa da União - Exercício de 2015	146	

<b>PARTE III – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – EMPRESAS ESTATAIS</b>	<b>149</b>	
<b>3.1. ASPECTOS GERAIS</b>	<b>149</b>	
<b>3.2. ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>152</b>	
<b>3.3. POLÍTICA DE APLICAÇÃO DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO</b>	<b>166</b>	
<b>3.4. FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO</b>	<b>169</b>	
3.4.1. Reserva Global de Reversão - RGR	170	
3.4.2. Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	172	
3.4.3. Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	174	

<b>PARTE IV - ATUAÇÃO POR EIXO TEMÁTICO</b>	<b>175</b>	
<b>4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PPA 2012-2015</b>	<b>175</b>	
4.1.1. PPA 2012-2015	175	
4.1.2. O Monitoramento Participativo no PPA 2012-2015	175	
4.1.3. Estratégia de Monitoramento e Avaliação do PPA 2012-2015	175	

<b>4.2. POLÍTICAS SOCIAIS</b>	<b>176</b>
4.2.1. Programa 2030 – Educação Básica	176
4.2.2. Programa 2031 – Educação Profissional e Tecnológica	186
4.2.3. Programa 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	190
4.2.4. Programa 2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	195
4.2.5. Programa 2019 – Bolsa Família	199
4.2.6. Programa 2061 - Previdência Social	203
4.2.7. Programa 2071 - Trabalho, Emprego e Renda	213
4.2.8. Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	217
4.2.9. Programa 2070 - Segurança Pública com Cidadania	227
<b>4.3. POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA</b>	<b>229</b>
4.3.1. Programa 2049 - Moradia Digna	229
4.3.2. Programa 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	231
4.3.3. Programa 2033 - Energia Elétrica	233
4.3.4. Programa 2053 - Petróleo e Gás	235
4.3.5. Programa 2022 - Combustíveis	237
4.3.6. Programa 2075 – Transporte Rodoviário	239
4.3.7. Programa 2072 – Transporte Ferroviário	241
<b>4.4. DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL</b>	<b>243</b>
4.4.1. Programa 2012 - Agricultura Familiar	243
4.4.2. Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	247
4.4.3. Programa 2018 - Biodiversidade	250
4.4.4. Programa 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos	260
4.4.5. Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	262
<b>4.5. SOBERANIA, TERRITÓRIO E GESTÃO</b>	<b>268</b>
4.5.1. Programa 2058 – Política Nacional de Defesa	268

## **PARTE V - RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO - EXERCÍCIO DE 2015 275**

<b>5.1. AUDITANDO E FISCALIZANDO</b>	<b>276</b>
5.1.1. Controles Preventivos	276
5.1.2. Controles Detectivos	279
5.1.3. Controles Corretivos	285
5.1.4. Benefícios Decorrentes das Ações do Controle Interno	286
5.1.5. Parcerias	287
<b>5.2. ENFRENTANDO A CORRUPÇÃO E FORTALECENDO O CONTROLE SOCIAL</b>	<b>288</b>
<b>5.3. OUVINDO O CIDADÃO</b>	<b>291</b>
<b>5.4. PUNINDO IRREGULARIDADES</b>	<b>293</b>
<b>5.5. SÍNTESE DA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DA CGU EM 2015</b>	<b>294</b>
5.5.1. Atividades de Auditoria e Fiscalização	294
5.5.2. Atividades de Prevenção e Combate à Corrupção	295
5.5.3. Atividades de Ouvidoria	295
5.5.4. Atividades de Correição no Poder Executivo Federal	296
<b>5.6. ATUAÇÃO DA CGU NA REGIÃO NORTE</b>	<b>297</b>
5.6.1. Auditando e Fiscalizando	297
5.6.2. Enfrentando a Corrupção e Fortalecendo o Controle Social	297
5.6.3. Ouvindo o cidadão	297
5.6.4. Punindo Irregularidades	297
<b>5.7. ATUAÇÃO DA CGU NA REGIÃO NORDESTE</b>	<b>298</b>
5.7.1. Auditando e Fiscalizando	298
5.7.2. Enfrentando a corrupção e fortalecendo o controle social	298
5.7.3. Ouvindo o Cidadão	298
5.7.4. Punindo Irregularidades	298

<b>5.8. ATUAÇÃO DA CGU NA REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	<b>299</b>
5.8.1. Auditando e Fiscalizando	299
5.8.2. Enfrentando a Corrupção e Fortalecendo o Controle Social	299
5.8.3. Ouvindo o Cidadão	299
5.8.4. Punindo Irregularidades	299
<b>5.9. ATUAÇÃO DA CGU NA REGIÃO SUDESTE</b>	<b>300</b>
5.9.1. Auditando e Fiscalizando	300
5.9.2. Enfrentando a Corrupção e Fortalecendo o Controle Social	300
5.9.3. Ouvindo o Cidadão	300
5.9.4. Punindo Irregularidades	300
<b>5.10. ATUAÇÃO DA CGU NA REGIÃO SUL</b>	<b>301</b>
5.10.1. Auditando e Fiscalizando	301
5.10.2. Enfrentando a Corrupção e Fortalecendo o Controle Social	301
5.10.3. Ouvindo o Cidadão	301
5.10.4. Punindo Irregularidades	301
<b>5.11. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS DE GOVERNO</b>	<b>302</b>
5.11.1. Políticas Sociais	304
5.11.2. Políticas de Infraestrutura	305
5.11.3. Desenvolvimento Produtivo e Ambiental	306
5.11.4. Soberania, Território e Gestão	307
<b>5.12. ANÁLISE CONSOLIDADA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</b>	<b>308</b>
5.12.1. Execução da Receita	308
5.12.2. Execução da Despesa Orçamentária	309
5.12.3. Execução Orçamentária	312
<b>5.13. ANÁLISE DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)</b>	<b>313</b>
5.13.1. Despesas com Pessoal da União	313
5.13.2. Dívida Consolidada Líquida (DCL)	314
5.13.3. Garantias e Contragarantias de Valores	315
5.13.4. Operações de Crédito	316
5.13.5. Disponibilidades e Restos a Pagar	317

---

**PARTE VI – BALANÇO GERAL DA UNIÃO**      **319**

<b>6.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DA UNIÃO</b>	<b>319</b>
6.1.1. Balanço Patrimonial	319
6.1.2. Demonstração das Variações Patrimoniais	322
6.1.3. Balanço Orçamentário	324
6.1.4. Balanço Financeiro	327
6.1.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa	329
6.1.6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	332
<b>6.2. NOTAS EXPLICATIVAS</b>	<b>333</b>
6.2.1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	333
6.2.2. Adoção inicial do modelo PCASP	344
6.2.3. Composição dos principais itens das demonstrações contábeis consolidadas	353
6.2.4. Tópicos Especiais	413

---

**PARTE VII - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – CONTAS DE 2014 (ACÓRDÃO Nº 2461/2015 – TCU – PLENÁRIO)**      **425**

---

**ANEXOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS OFSS**      **433**

---